

Carneiro Leão e a questão da educação superior

Maria Cristina Gomes Machado*

Resumo:

Busca-se analisar a defesa de Carneiro Leão (1887-1966) quanto à necessidade de maior investimento por parte do Estado na educação superior, ao lado da ampliação de sua ação referente aos outros níveis de ensino. Destacam-se suas críticas ao modelo universitário adotado para a Universidade do Rio de Janeiro, questionando sua estrutura organizacional e sua proposta acadêmico-científica. Esta comunicação, assim, situa o papel desse educador em defesa da educação de todas as classes sociais no início do século XX. Ele atuou como professor, jornalista e político, deixando como legado livros, conferências e artigos de jornais escritos em defesa da educação popular, como: *O Brasil e a educação popular* (1917), *Problemas de educação* (1919) e *Os deveres das novas gerações brasileiras* (1923), tomados como fonte primária.

Palavras-chave:

história da educação; intelectuais e educação; pensamento pedagógico de Carneiro Leão; ensino superior; fontes e fundamentos.

* Doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”.

Carneiro Leão and the higher education issue

Maria Cristina Gomes Machado

Abstract:

The doctrine of Carneiro Leão (1887-1966) on the need for greater investments in higher education by the State and on the broadening of its activities in other levels of teaching is provided. His critique on the university model practiced by the University of Rio de Janeiro is emphasized, especially his remarks on its organization and structure and its academic and scientific schemes. The educator's role in the defense of education for all social classes in the beginning of the 20th century is highlighted. Carneiro Leão was a teacher, journalist and politician with a host of books, conferences and articles, comprising *O Brasil e a educação popular* [Brazil and popular education] (1917), *Problemas de educação* [Educational issues] (1919) and *Os deveres das novas gerações brasileiras* [Duties of future Brazilian generations] (1923), published in defense of popular education, which were the primary sources of current research.

Keywords:

history of education; intellectuals and education; Carneiro Leão's pedagogical doctrine; higher education; sources and foundational texts.

Introdução

Neste texto, busca-se compreender a defesa de Carneiro Leão (1887-1966) quanto à necessidade de maior investimento por parte do Estado na educação superior, bem como a ampliação de sua ação referente aos outros níveis de ensino. Destacam-se suas críticas ao modelo universitário adotado para a Universidade do Rio de Janeiro, questionando sua estrutura organizacional e sua proposta acadêmico-científica. Este artigo procura situar o papel do educador em defesa da educação de todas as classes sociais no início do século XX. Ele atuou como professor, jornalista e político, deixando como legado livros, conferências e artigos escritos em defesa da educação popular¹, como: *O Brasil e a educação popular* (1917), *Problemas de educação* (1919) e *Os deveres das novas gerações brasileiras* (1923), tomados como fonte primária. Nesses livros, o autor discute questões relacionadas à urgência da oferta de uma educação em sintonia com as novas necessidades do Brasil em processo de industrialização e urbanização, enfim, de modernização, contrapondo-se à educação tradicional, que impedia o estabelecimento de uma educação científica, integral e prática, que preparasse alunos aptos a contribuir para a nova sociedade em processo de consolidação. Defendia, ainda, o atendimento de todas as crianças em idade escolar, independente de suas condições econômicas e familiares, para tanto, o país deveria criar uma política de estímulo à educação primária.

Segundo Araújo (2002, p. 121), Anísio Teixeira considerava Carneiro Leão “[...] um marco na história da educação brasileira, declarando que foi com ele que se iniciou a carreira do educador profissional, do administrador escolar, com formação filosófica e técnica apropriada”. Assim, destaca (Araújo, 2002, p. 122) a sua importância para a história da educação

1. O termo educação popular pode ser relacionado à educação básica, conceituado como a antiga escola primária. Para Saviani (apud Vale, 2002, p. 315), educação popular “[...] aparece a partir do momento em que se constituem os sistemas nacionais de ensino”, no momento em que se objetivava educar as massas ofertando-lhes educação primária, elementar e obrigatória a todos. Carneiro Leão utilizava-se desse termo para referir-se à educação dos menos afortunados, custeada pelos cofres públicos, realizada em escolas de primeiras letras.

brasileira: “Homem de seu tempo, partilhou das idéias e ideais comuns aos grandes intelectuais de sua época, em particular, dos seus colegas educadores; vivenciou ambigüidades e contradições, ao lado da dignidade, honradez e compromisso com que abraçou as suas crenças”.

Carneiro Leão, como também outros autores contemporâneos, permite ao historiador da educação conhecer, pelo seu ponto de vista, as discussões travadas na sociedade brasileira no início do século XX, num momento em que se intensifica o debate acerca da temática educacional. Com a leitura de suas obras, é possível identificar suas contradições e posições, percebidas por meio de confrontos políticos, no sentido do delineamento de um projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira. O estudo de um intelectual como Carneiro Leão é importante e atual visto que os estudos dos intelectuais é uma “[...] atividade em expansão dentro da oficina da história” (Falcon, 1997, p. 122), inclusive na história da educação. À medida que assumiam posições e escreviam suas idéias, permite que se compreendam as lutas travadas com seus contemporâneos, revelando as dificuldades de defesa e propagação de certas questões. Tal cenário permite o entendimento da historicidade do debate educacional travado no Brasil e, concomitantemente, recupera autores, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, e permite destacar autores menos conhecidos e estudados como Carneiro Leão. Muitos dos estudos atuais, contudo, buscam fazer uma leitura interna do texto sem relacioná-lo às condições concretas em que foram gestados (Warde, 1984) ou realizam estudos setorizados, analisando separadamente o autor e seu contexto. Nesse artigo, superando essa análise parcial, busca-se situar suas posições no contexto em que foram geradas.

Para apresentação de suas propostas em sintonia com o contexto mais amplo no qual o autor estava envolvido e assumia papel atuante, o texto está organizado em três partes. Na primeira, apresenta-se, sinteticamente, a biografia do autor; na segunda, discute-se o contexto educacional brasileiro; e, para finalizar, analisa-se seu pensamento acerca da situação do ensino superior no início do século XX.

Síntese biográfica de Carneiro Leão

O seu nome de batismo era Antonio de Arruda Carneiro Leão, nasceu em 1887, em Recife, e faleceu em 1966, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. Realizou os estudos primário e secundário na sua cidade natal, na qual iniciou também o curso de direito. Sua formação foi influenciada pelo positivismo, no qual se destaca a sua preocupação com a valorização das ciências. Em 1909, escreveu seu primeiro texto, *A educação*², sugerindo que o Estado ofertasse educação para toda a população e com base numa necessária renovação escolar. Concluiu o curso de direito em 1911, iniciando sua carreira no magistério e no jornalismo em Recife. Silva e Machado (2004, p. 108) destacam sua produção posterior:

Entre os anos de 1915 a 1916, Carneiro Leão realizou conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, assumindo que estava em campanha a favor da educação popular. Pode-se perceber a preocupação de Carneiro Leão com a crise que o mundo e o Brasil estavam atravessando, e a crença de que a educação, ligada ao civismo e ao trabalho, contribuiria para superar essa crise e equiparar o país às nações mais desenvolvidas. Como resultado de suas conferências, lançou, em 1916, *O Brasil e a educação popular*. Nesse mesmo ano, Carneiro Leão mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, além de exercer a advocacia, trabalhou como jornalista no *Jornal do Brasil*. Permaneceu em campanha em favor da educação popular, realizando inúmeras viagens, do Amazonas ao Paraná, proferindo conferências e publicando artigos. Em 1918, publicou o livro

-
2. Infelizmente, esse livro não foi encontrado, resultou de uma conferência proferida pelo autor em 1909. Segundo Araújo (2002, p. 114), nesse ano, Carneiro Leão “[...] chefiou a delegação acadêmica da Faculdade de Direito do Recife ao I Congresso Brasileiro de Estudantes, reunido em São Paulo no mês de julho, tendo sido seu vice-presidente. A conferência que pronunciou na oportunidade transformou-se no seu primeiro livro, *Educação*, publicado no mesmo ano, no qual se constata que seu pensamento era profundamente influenciado pelo positivismo, pelo evolucionismo, pelas teorias raciais correntes, oriundas da Europa desde a segunda metade do século XIX e predominantes no Brasil àquela época”.

Problemas de educação, composto por um conjunto de idéias que foram apresentadas e discutidas durante quatro anos no *Jornal do Comércio* e em *O País*. Essas idéias antecederam à discussão sobre a educação popular, que enfatizava a obrigatoriedade escolar, a extinção do analfabetismo e a necessidade de discussão de um novo sistema educacional, que contribuísse com a educação para o trabalho. Em 1922, escreveu o livro *Os deveres das novas gerações brasileiras*, que foi publicado apenas em 1923. Neste, levantou as “preocupações nacionais [...] as necessidades da nossa civilização e as imposições da nossa vida política, econômica mental e social” (Leão, 1923, p. 13).

Pari passu a essa campanha, o autor ocupou o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1922 a 1926, durante o governo de Arthur Bernardes. Com o objetivo de tornar a educação ofertada no Distrito Federal em modelo para o país, buscou dar-lhe uma direção científica, investindo na formação dos professores. No ano de 1924, juntamente com outros educadores, fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE), da qual foi presidente de 1924 a 1925 (Lemme, 1984). Como trabalho técnico, em 1928, elaborou uma reforma de ensino no estado de Pernambuco, evidenciando a necessidade de organização do sistema educacional como prioridade. Para tanto, era importante a introdução de métodos ativos; a cientificação no ensino; a modernização da atividade escolar; a grande preocupação com a higiene; o ensino de sociologia no curso Normal; a nomeação de diretores e professores; a obrigatoriedade da frequência; a adoção de livros e medidas coercitivas para o sistema escolar, inclusive para os estabelecimentos particulares (Nagle, 1974).

Essa reforma estava em sintonia com as demais reformas executadas em outros estados naquele momento. Nagle (1974) afirma que a educação da década de 1920 foi marcada pelo “entusiasmo” e por reformas que buscavam atender ao novo sistema econômico e às novas demandas sociais de forma que reestruturassem o ensino. Em virtude da descentralização do ensino, tais reformas foram estaduais e implementadas por educadores renomados, além das executadas por Leão, há, por exemplo, a de: Sampaio Dória no estado de São Paulo em 1920, Lourenço Filho no estado do Ceará em 1922-1923, Anísio Teixeira no estado da Bahia em

1924, Bezerra de Menezes no estado do Rio Grande do Sul entre 1925 e 1928, Lisímaco Ferreira da Costa no estado do Paraná, 1927-1928, entre outras. Cabe menção particular à reforma de Fernando de Azevedo, implantada nos anos de 1927 a 1930 no citado Distrito Federal. Todas essas propostas respiravam novos ares, que foram explicitados no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (*A reconstrução educacional...*, 1932), dirigido ao povo e ao governo, propondo a reconstrução educacional no Brasil, em março de 1932. Este mantinha relação direta com o novo espírito da República instaurada a partir de 1930.

Carneiro Leão não assinou o supracitado manifesto³, mas foi um importante divulgador de seu conteúdo, tendo-se dedicado, continuamente, à causa educacional. Ministrou muitas aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Guanabara, na Universidade do Brasil e na Faculdade do Distrito Federal; atuou como membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano; foi diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1931 a 1933, entre outras atividades. Cabe destaque à sua atuação como “educador, poeta na juventude, jornalista, advogado, crítico literário, professor de Sociologia, de Educação Comparada e de Administração Escolar” (Araújo, 2002, p. 114). Legou uma vasta obra durante sua vida, estas encontram-se espalhadas em diversas bibliotecas do país.

3. Fernando Azevedo (1894-1974) solicitou a Anísio Teixeira (1900-1971), em 1932, por meio de carta (Azevedo, 1932), a assinatura de Carneiro Leão no manifesto de 1932. Contudo, este não o assinou e não se encontrou nenhum documento no qual se explicitasse o motivo. Levanta-se como hipótese que sua negação possa ter origem em desavenças políticas ou teóricas. Fernando de Azevedo, ao escrever sua reforma para o Distrito Federal, desconsiderou os esforços de Leão para melhorar o ensino, afirmou que nada havia sido feito anteriormente no Distrito Federal em prol da educação pública com novas bases pedagógicas. Ambos divergiam ainda no que se referia à escola unitária. Para Leão, esta era fundamental para o Brasil, porém Azevedo mostrava-se favorável à dualidade de ensino, por isso propunha ensino médio propedêutico ao lado de escolas técnicas, bem como defendia a descentralização do ensino, enquanto Leão considerava ser necessário um projeto nacional de educação de maneira que se criasse o espírito de nacionalidade necessário ao país.

O debate acerca da educação nacional

No final do século XIX, enfrentavam-se grandes mudanças, como escreveu Azevedo (1996, p. 615) em 1943. Depois da Independência, prepararam-se e produziram-se acontecimentos importantes para a vida nacional, destacando que, no final desse século, aconteceu o primeiro surto industrial, estabeleceu-se uma política imigratória, aboliu-se o regime de escravidão e iniciou-se a experiência de um novo regime político. A República foi proclamada em 1889, e, ao tomar como bandeira a idéia de federalização, baseava sua política na descentralização do poder, em oposição à centralização existente na Monarquia que reinara no país desde 1822. Persistia, assim, “[...] a escassa integração territorial e econômica do país, apesar do relativo avanço dos transportes” (Fausto, 2003, p. 242).

A economia mantinha o sistema agrário anterior, no qual o café era o produto mais cultivado com vistas ao mercado externo (Silva, 1986), e, simultaneamente, surgiam as primeiras indústrias e ocorria o crescimento de diversas cidades (Fausto, 1977). Com a industrialização nascente e a urbanização, ocorreram diversas transformações econômicas e sociais, como o incremento do trabalho assalariado, o aumento da população urbana, o incentivo à imigração, a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a formação de novas camadas sociais. Acentuava-se a luta do proletariado contra a burguesia com movimentos políticos e sociais: criação de sindicatos, movimentos nacionalistas, movimento católico, anarquismo e do modernismo, com a Semana de Arte Moderna, em 1922 (Nagle, 1974).

A Europa vivia, nesse período, a crise da forma burguesa de produção, na qual se acirravam as contradições de classes em razão do desenvolvimento cada vez mais rápido da maquinaria que, ao acelerar o processo produtivo, levou ao aumento da riqueza acumulada e a concentrou nas mãos de poucos (Marx & Engels, s.d.). Os mercados abarrotados de mercadorias evidenciam as crises cíclicas de superprodução, ao passo que se alargava a miséria dos trabalhadores. Estes foram forçados a imigrar para outros países para garantir sua sobrevivência. Muitos

deles, ao desembarcarem nos portos brasileiros, provocavam mudanças na paisagem tropical.

Em meio a tais conflitos, despontava a idéia da necessidade de modernizar a sociedade brasileira com maior força do que no final do Império, quando esta era a bandeira de luta dos descontentes com o regime. A República apenas modernizara a política, por isso se exigiam mudanças mais amplas na sociedade e na sua economia. A economia se modernizaria com o desenvolvimento industrial, utilizando-se de novos maquinários, das estradas de ferro, do telégrafo, do correio, enfim, com o incremento dos transportes e meios de comunicação. Contudo, transformações mais amplas, que preparassem o trabalhador nacional para as novas relações de trabalho postas, colocavam a educação do indivíduo como solução. Esta transmitiria a cultura necessária à expansão do capitalismo de forma que integrasse o Brasil ao mercado mundial, que se evidenciava no final do século XIX e começo do século XX, numa fase da sociedade burguesa denominada por Lênin (1987) de imperialismo.

A educação tornara-se palavra de ordem entre os intelectuais que buscavam alfabetizar a população brasileira, preparando-a para o exercício da cidadania por meio do voto. Na Constituição de 1891 (Barbosa, 1946), o voto não era universal, constituía-se privilégio dos cidadãos alfabetizados. Além da concepção da escola como lócus de preparação do eleitor, manifestava-se, também, a preocupação com a formação de mão-de-obra nacional especializada. Assim, o debate acentuou-se e criaram-se inúmeras escolas, em particular no estado de São Paulo, tomado como modelo por muitos intelectuais, entre os quais Carneiro Leão. Para ele, a educação nacional tornava-se uma causa importante tendo em vista seus benefícios.

A minha preocupação é mostrar a conexão íntima entre o desenvolvimento dos grandes povos modernos e o progresso da educação.

A civilização atual é caracterizada por uma cultura generalizada e intensiva. Como esta civilização é, hoje, no fundo, uma realização econômica, o povo mais forte será aquele cujas fontes de economia sejam mais ricas e mais aperfeiçoadas. Se não há riqueza econômica sem inteligência cultiva-

da, que a dirija e sem braço hábil, que a edifique, a nação mais abastada e mais poderosa há de ser a que tenha uma educação popular mais difundida, produzindo maior número de inteligências cultas e de braços capazes [Leão, 1919, p. VII-VIII].

Todavia, para que se conquistassem esses benefícios, muitos intelectuais propagavam que não era suficiente a construção de prédios para os grupos escolares, era preciso difundir a necessidade de um modelo educacional condizente com uma sociedade moderna e civilizada, criticando, assim, a escola existente no Império, denominada de tradicional. Carneiro Leão (1923), ao criticar essa escola, afirmava que se fundamentava em um ensino literário e retórico, que a escola deveria ser reorganizada nos métodos e materialmente, seu espaço físico deveria ser amplo, ter boas condições de higiene (salas espaçosas, claras, ar corrente), mobílias e gabinetes pedológicos adequados. Com relação ao método, defendia o método analítico, com ensino prático e intuitivo. Defendia a organização de uma escola moderna:

A escola moderna é inteligentemente organizada para escola. Desde as suas condições materiais – arquitetura, decoração própria e mobiliário perfeito – até os métodos e processos preconizados pela pedagogia experimental, ela é um estabelecimento *sui generis* entre os demais [Leão, 1917, p. 104].

Insistia sempre na necessidade de o ensino ser prático e fundamentado nas ciências para tornar-se condizente com um país republicano. Contudo, essa sua defesa está em flagrante contradição com sua posição quanto ao ensino religioso; defendia a escola laica, mas mostrava simpatia pelas ações de Anchieta e demais católicos no campo da educação. A questão religiosa assume aqui uma faceta complexa que o colocava em confronto com boa parte dos escolanovistas. Para Leão, os religiosos eram importantes por terem difundido a alfabeto no Brasil, citou sacerdotes como padre João Ribeiro, vigário Tenório, frei Miguelzinho, frei Caneca, entre outros que tiveram ação efetiva no ensino. Citava o clero católico como o primeiro “[...] brado de alerta á alma católica e o início de uma campanha pela educação do povo” (Leão, 1919, p. 162). Estes

não deveriam abrir instituições de ensino, no entanto poderiam orientar para que os fiéis buscassem o ensino elementar e a educação do trabalho. Tal tarefa seria de fácil execução na medida em que a Igreja católica era bem organizada, era preciso estimular o clero para a importância de sua atuação no ensino elementar, ensinando mais do que o catecismo ao estimular a moral sã, o hábito do trabalho, o amor à ação e à capacidade de produzir. Finaliza sua argumentação defendendo que a Igreja, apesar de sua tradição, não seja elemento propulsor da campanha para efetivação da educação nacional com vistas a engrandecer a nacionalidade. Sua posição sobre a contribuição da Igreja sem, todavia, interferir na educação do Estado originava-se de seu respeito à Constituição brasileira que orientava o ensino laico nas escolas públicas. Para ele, o objetivo último da educação era a formação moral do educando:

Os meios sugestivos são sempre salutares quando a vitalidade está em condições de consentir que eles atuem. Então e só então poderão servir definitivamente de ensinamento moral. Também, nesse momento, tanto a direção religiosa como a leiga será benéfica, contanto que se respeitem e se ouçam os sentimentos e as tendências da gente que se educa [Leão, 1917, p. 183-184]

Nesse sentido, visualizava vantagens na moral assentada no cristianismo, entretanto sem privilégio de uma religião sobre a outra, já que defendia a tolerância religiosa. Destacava o papel do exemplo na educação moral a ser transmitida pelo professor dos jardins-de-infância até o professor universitário. Esta deveria permear todas as disciplinas e não uma em específico, como a geografia, a física, a química, a matemática, a filosofia e a história. Como exemplo, citou que: “Em geografia podemos mostrar como o homem, pequenino dentro da terra... soube tornar-se pela sua energia e trabalho, quase a razão de ser desta terra, fazendo desses mundos um espetáculo maravilhoso para o seu espírito” (Leão, 1917, p. 186). Por meio da moral, seriam constituídos os sentimentos necessários para a modernização da sociedade.

A escola, desse modo, deveria tornar-se espaço de formação do cidadão eleitor e do trabalhador assalariado com formação técnica e científica. Isso exigiria a criação e difusão de universidades pelo país.

Contudo, ressalta Niskier (1996) que, no período republicano, se mudaram os nomes sem, no entanto, alterar o espírito da Monarquia. Não houve a construção de um sistema nacional de ensino como defendido por alguns autores nas últimas décadas do Império, nem mesmo um ministério encarregado somente da educação. José Veríssimo (1985), em seus escritos sobre educação em 1890, denunciava a falta de um ensino nacional em oposição ao sistema de instrução a cargo das províncias. Defendia a institucionalização da educação em toda a federação.

Sem levar em consideração a importância atribuída por Veríssimo (1985) à educação, em 1890, criou-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Benjamin Constant, o primeiro a responsabilizar-se por essa pasta, tinha suas ações limitadas ao Distrito Federal em nível primário, tomando ações gerais no ensino secundário e superior. A Constituição de 1891 (Barbosa, 1946) trazia como consequência para o ensino a descentralização da educação primária. No seu parágrafo 2º, capítulo IV, colocava como atribuição do governo federal: “Animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais”.

A reforma republicana de Benjamin Constant foi assinada em novembro de 1890, tornando o ensino gratuito, leigo, mas não obrigatório. Esta restringia-se, apenas, ao Distrito Federal, guardando semelhança com o sistema adotado no período imperial a partir do ato adicional de 1834. Mas o cenário educacional mostrava-se precário em razão da falta de professores qualificados e de recursos para construção de prédios escolares, bem como pela ausência de escolas profissionais e de fiscalização pouco satisfatória. Seguem-se a esta algumas iniciativas como: em 1911, aprovou-se a “Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República” – Reforma Rivadávia Correia –; em 1915, apresentou-se a Reforma Carlos Maximiliano, que reorganizou o ensino secundário e superior (Niskier, 1996). Outras reformas foram propostas e discutidas na Câmara dos Deputados sem nenhuma efetivação; embora estas estivessem voltadas para o ensino superior, sua situação mostrava-se caótica. Carneiro Leão envolveu-se no debate em defesa da oferta de educação para as classes populares, sua atenção voltava-se, sobretudo,

para o ensino primário, mas repensava o sistema educacional como um todo, apresentando críticas e propostas direcionadas também ao ensino superior. Destaca-se, novamente, a importância que o autor designava para a educação:

[...] espero demonstrar como a adaptação do homem às altas formas de cultura atual e de civilização é feita exclusivamente pela educação. É o desenvolvimento econômico, é a capacidade de ação, é a consciência cívica, é a superioridade social e política, são todas as grandes conquistas humanas, obtidas principalmente pela educação [Leão, 1919, p. X].

O autor, em sua obra, deu destaque especial à educação como formadora de nacionalidade. Em *O Brasil e a educação popular* (1917), denunciava o alto índice de analfabetos, indicava que o país possuía aproximadamente 80% de analfabetos, o que tornava a educação “[...] inapta a agir e cooperar eficazmente com o desenvolvimento da pátria” (idem, p. 127). Os 20% restantes, a minoria dirigente, que recebiam uma educação de cunho literário e teórico, voltada para as profissões burocráticas, mostravam-se arredios às profissões produtoras, não colaborariam com a riqueza da pátria e da afirmação de nacionalidade. Para reverter esse quadro, far-se-iam necessárias mudanças no ensino superior.

As propostas de Carneiro Leão para o ensino superior

Para Carneiro Leão, “[...] a finalidade do nosso ensino, ao invés de se obter a cultura, a aquisição do conhecimento, é o diploma, o título, o direito e o mandarinato” (Leão, 1923, p. 430-431). Dessa cultura advinham os problemas com o ensino superior. Silva (2006, p. 79-80) analisa a preocupação do autor no que se refere a esse nível de ensino:

Seu olhar crítico ao ensino brasileiro o levou a fazer dois questionamentos sobre o ensino superior. Primeiro, quanto à responsabilidade do Governo Federal apenas com esse ensino, que estava destinado à elite, descuidando-se

da educação do povo. E, segundo, quanto ao modelo adotado e valorizado no Brasil, que garantia apenas diplomas que habilitavam para cargos públicos, com ênfase nas carreiras de médico, advogado e engenheiro. [...] Esse nível de ensino preocupava-se mais em fornecer diploma que habilitasse aos cargos públicos à elite do que em preparar o profissional, além de não atender às novas exigências da sociedade, que consistia em habilitar pessoas para as diferentes profissões. Ele posicionava-se contrário ao modelo universitário adotado, representado pela Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade oficial do país. [...] A Universidade do Rio de Janeiro caracterizava-se pela reunião de cursos isolados e não ligados por mecanismos administrativos. Para o autor, essa universidade não fizera avançar o ensino superior existente, pois manteve os tradicionais cursos de Medicina, Direito e a Escola Politécnica e nenhuma nova orientação foi adotada.

Assim, criou-se a primeira universidade brasileira oficial pelo decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920. Ela reuniu três faculdades e assumiu um caráter visivelmente profissionalizante. Por ser uma experiência inicial, a Universidade do Rio de Janeiro foi tomada como modelo para o país, apesar de receber várias críticas por apenas reunir cursos isolados, coordenados pela Reitoria e pelo Conselho Universitário único (Wanderley, 1982). Carneiro Leão foi enfático em suas críticas:

Nenhuma pequenina modificação no ensino do direito, nenhuma melhoria no aparelhando da profissão médica, nenhuma renovação na concepção da cultura politécnica. Novo é apenas o corpo administrativo que se sobrepôs a todas as escolas, vinculando-as, burocraticamente, para a designação de Universidade [Leão, 1923, p. 437].

Para Silva (2006), o autor criticava, além da estrutura administrativa dessa instituição, o conteúdo e a metodologia usada no ensino superior em geral, por manterem-se afastados das necessidades sociais e científicas. Assim, assumia um caráter humanista e livresco, enquanto a sociedade brasileira exigia um ensino mais prático. Entendia que a universidade deveria valorizar a pesquisa, associando-se aos institutos de pesquisa.

Era necessário, para o autor estudado, considerar as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão. As universidades poderiam fomentar um novo espírito para o Brasil, contribuindo para a formação de um homem preocupado e envolvido com o desenvolvimento da nação. Em contrapartida, a reforma do ensino superior deveria estar em sincronia com as demais reformas:

Quer na aquisição das noções gerais elementares, pelo ensino primário; quer na formação do espírito, pelo secundário; quer na especialização e na alta cultura, pelo superior, a educação tem uma finalidade determinada, que hoje deve ser a mais identificada possível com as exigências e os fins da vida contemporânea [Leão, 1923, p. 65].

Para ele, a universidade deveria diversificar seus cursos de maneira que se ampliassem as carreiras universitárias, até então restritas a direito, medicina e engenharia. Para ele, era importante que se conhecesse o modelo universitário adotado em outros países de maneira que se criasse um modelo próprio. Contudo, o Conselho Superior de Ensino (CSE), que deveria fomentar esse trabalho, mostrava-se ausente:

O nosso Conselho Superior de Ensino é uma instituição *sui generis* tendo de efetivo apenas o presidente, porque os outros membros são os representantes das Escolas Superiores, ou secundárias, oficiais, interessados diretamente nos estabelecimentos que representam, ele se reúne duas vezes ao ano, para examinar relatórios de fiscais e fiscalizar os acontecimentos durante o semestre anterior, ocorridos nos ginásios e academias do país. E [...] nada mais [idem, p. 56].

Denunciava que suas atribuições se restringiam a validar diplomas e fiscalizar as instituições de ensino superior existentes. Para ele, essa atitude relacionava-se à valorização exacerbada do diploma no Brasil. A formação e o aprendizado não eram importantes, uma vez que os pais e alunos buscavam apenas o diploma que habilitaria para empregos públicos. Para tanto, um ensino que desprezava as ciências era suficiente.

Alertava que não defendia um ensino somente utilitário e profissionalizante, mas a necessidade do estabelecimento de parâmetros que equilibrassem a formação de maneira que se atendessem as necessidades da sociedade brasileira, o desenvolvimento de sua economia e cultura. As ciências colocavam-se como conteúdo fundamental na formação do Brasil almejado. A posição do autor assemelha-se ao que foi estabelecido no manifesto (*A reconstrução educacional...*, 1932, p. 110):

Criação de universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer tríplice função que lhes é essencial, de elaborar e criar ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos:

- a) à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada;
- b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);
- c) à formação de profissionais em todas as profissões de base científica;
- d) à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, por iniciativa do governo estadual, ao buscar integrar os cursos reunidos inicialmente como direito, politécnica, medicina, agronomia, farmácia e odontologia, medicina veterinária, e o Instituto de Educação Caetano de Campos (Paviani, 1984), teve sua estrutura inspirada nos pontos apresentados anteriormente e recebeu elogios de Carneiro Leão.

Leão posicionava-se contrário ao modelo econômico, criticava-o por basear-se na monocultura voltada para a exportação, com a supremacia do cultivo de café e da extração de borracha. Insistia na necessidade de investimento na indústria e no comércio, para tanto, como apontado anteriormente, acreditava que a educação pudesse fomentar as mudanças desejadas. Defendia a formação de profissões mais práticas de maneira que contribuíssem com o desenvolvimento do país, desenvolvendo, também, as aptidões individuais. Identificar os indivíduos mais aptos só seria possível com a disseminação da educação popular, permitindo que

jovens das classes populares pudessem educar-se conforme seus méritos, aqueles que se sobressaíssem poderiam alcançar o ensino superior.

Considerações finais

Para Carneiro Leão, a universidade não poderia resultar da justaposição de faculdades isoladas. Deveria ser um todo orgânico, no qual o ensino, a pesquisa e a extensão estivessem integrados. Para tanto, propunha mudanças ao ensino superior como um todo. Segundo Carneiro Leão, esse ensino deveria oferecer novos cursos que buscassem formar profissionais especializados em várias áreas e não apenas bacharéis e doutores em direito. Como o ensino em voga limitava-se a uma educação literária e teórica, voltada para as carreiras públicas e ao exercício de funções burocráticas, o desafio consistia em romper com esse quadro.

Segundo o autor, era preciso o cultivo de uma educação baseada no atendimento às necessidades da nova sociedade em construção no país. Por essa óptica, a ciência assumia um papel importante; portanto, sugeria que se encontrassem parâmetros adequados para que o ensino não fosse totalmente livresco e humanista ou somente utilitário e profissionalizante, devendo aliar o estudo teórico da ciência com sua aplicação, atendendo às demandas de renovação pedagógica. Valorizava a diversificação dos cursos superiores e a ampliação do número de vagas, afirmando que, no interior das universidades, a pesquisa deveria assumir papel de destaque, permitindo imprimir um novo espírito ao ensino, à altura das necessidades da população brasileira.

Carneiro Leão engajava-se no movimento, ao lado de outros intelectuais, em defesa da educação das classes populares, solicitando do Estado a oferta de um ensino gratuito e obrigatório que se estendesse, gradualmente, a todos os níveis, do primário ao superior. Parte do pressuposto de que essa sua luta não era isolada, mas estava em consonância com as mudanças sociais, políticas e econômicas que marcaram o início do século XX, proporcionando condições para a divulgação do ideário da Escola Nova, do qual foi um dos defensores e propagandistas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. C. de A. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. L. A et al. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC-INEP-COMPED, 2002. p. 114-122.

A *RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL*. Ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira: introdução ao ensino da cultura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UNP/Ed. UFRJ, 1996.

_____. *Carta a Anísio Teixeira*. São Paulo, 14 mar. 1932. s.l.: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira – ATc 31.12.27. Disponível em: <<http://prossiga.br/anisioteixeira/indexa.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2003.

BARBOSA, R. A Constituição de 1891. In: _____. *Obras completas*. Col. XVII, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

FALCON, F. História das idéias. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. (org.). *História da civilização brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, v. I. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LEÃO, A. C. *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal de Commercio, 1917.

_____. *Problemas de educação*. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1919.

_____. *Os deveres das novas gerações brasileiras*. Rio de Janeiro: Soc. Ed. de Propaganda dos Países Americanos, 1923.

LEMME, p. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira (1933). In: _____. *Memórias*. v. 4. Brasília: INEP, 1984. p. 251-277.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U., 1974.

NISKIER, A. *Educação brasileira – 500 anos de história 1500-2000*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

PAVIANI, J. *A universidade em debate*. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

SILVA, J. A. p. da. *Carneiro Leão e a organização da educação popular brasileira no início do século XX*. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

_____.; MACHADO, M. C. G. Carneiro Leão: a educação popular e a formação de professores. *Série – Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande*, n. 17, p. 103-118, jan./jun. 2004.

SILVA, S. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

VALE, J. M. F. et al. (orgs.). *Escola pública e sociedade*. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WANDERLEY, T. D. *Estudos sobre universidade: suas origens e conceitos; forma como se institucionalizou a universidade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1982.

WARDE, M. J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, Brasília, ano 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

Endereço para correspondência:
Maria Cristina Gomes Machado
Rua São João, 117 – apto 902
Zona 7 – Maringá-PR
CEP 87030-200

E-mail: mcgmachado@uem.br/crismach@mgalink.com.br

Recebido em: 20 mar. 2007

Aprovado em: 12 jul. 2007